

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

ANA CAROLINA CORRÊA ORTOLAN

**A AMERICANIZAÇÃO ECONÔMICO-CULTURAL DO BRASIL, ENTRE 1933-1945,
ADVINDA DA POLÍTICA DE BOA-VIZINHANÇA**

CAMPINAS

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS

FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CAROLINA CORRÊA ORTOLAN

**A AMERICANIZAÇÃO ECONÔMICO-CULTURAL DO BRASIL, ENTRE 1933-1945,
ADVINDA DA POLÍTICA DE BOA-VIZINHANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Relações
Internacionais do Centro de Economia e
Negócios da Pontifícia Universidade
Católica de Campinas como exigência
para obtenção do grau de bacharelado.

Orientador(a): Prof(a). Me. Barbara Dantas
Mendes da Silva

CAMPINAS

2024

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Corrêa Ortolan, Ana Carolina

O78a

A AMERICANIZAÇÃO ECONÔMICO-CULTURAL DO
BRASIL, ENTRE 1933-1945, ADVINDA DA POLÍTICA DE
BOAVIZINHANÇA / Ana Carolina Corrêa Ortolan. - Campinas:
PUC-Campinas, 2024.

50 f.

Orientador: Barbara Dantas Mendes da Silva.

TCC (Bacharelado em Relações Internacionais) -
Faculdade de Relações Internacionais, Escola de Economia e
Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Campinas, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Americanização. 2. Política Externa. 3. Diplomacia. I.
Dantas Mendes da Silva, Barbara. II. Pontifícia Universidade
Católica de Campinas. Escola de Economia e Negócios.
Faculdade de Relações Internacionais. III. Título.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS

FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CAROLINA CORRÊA ORTOLAN

**A AMERICANIZAÇÃO ECONÔMICO-CULTURAL DO BRASIL, ENTRE 1933-1945,
ADVINDA DA POLÍTICA DE BOA-VIZINHANÇA**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
defendido e aprovado em 13 de
Novembro de 2024 pela comissão
examinadora:

Prof(a). Me. Barbara Dantas Mendes da
Silva

Orientador(a) e presidente da comissão
examinadora.

Pontifícia Universidade Católica de
Campinas

Prof(a). Dr(a). Lúcia Domingues Peixoto
Prado

Pontifícia Universidade Católica de
Campinas

RESUMO

O presente trabalho tem por intuito estudar o processo de americanização realizado no Brasil, a partir do ano de 1933, até 1945. Esse processo foi feito durante a Política de Boa-Vizinhança, implementada pelos Estados Unidos, no governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), com a missão de perpetuar relações com a América Latina, e aprofundá-las, além de manter sua zona de influência na região. No Brasil, essa política teve que lidar com o com a política externa (a Equidistância Pragmática) do então presidente Getúlio Vargas. Essa, foi marcada pela barganha brasileira, e como uma aliança com o Brasil era de alto interesse dos Estados Unidos, a Política de Boa-Vizinhança atendeu certos interesses brasileiros, ao passo que o *american way of life* adentrou a nação sul-americana, através de uma diplomacia cultural e do uso do *soft power*. A metodologia empregada é uma pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso, com fontes bibliográficas secundárias, como livros e artigos acadêmicos.

Palavras-chave: Política de Boa-Vizinhança. Soft Power. Diplomacia Cultural. Política Externa.

ABSTRACT

The present work aims to study the americanization process that took place in Brazil, from 1933 until 1945. This process happened during the Good Neighbor Policy, implemented by the United States, during the government of Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), with the intention of perpetuating relations with Latin America, and strengthening them, in addition to maintaining its zone of influence in the region. In Brazil, the american policy had to deal with the foreign policy (Pragmatic Equidistance) of the brazilian president at the time, Getúlio Vargas. This policy was marked by the brazilian bargaining, and as an alliance with Brazil was of high interest to the United States, the Good Neighbor Policy served certain Brazilian interests, while the American way of life entered the South American nation, through cultural diplomacy and the use of soft power. The methodology used is qualitative research, through a case study, with secondary bibliographic sources, such as books and academic articles.

Keywords: Good Neighbor Policy. Soft Power. Cultural Diplomacy. Foreign Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A CULTURA COMO FORMA DE PODER DA POLÍTICA EXTERNA	10
1.1. A definição de poder dentro das Relações Internacionais	10
1.2. Cultura e seu poder de influência	12
1.3. A política externa como forma de poder de um Estado	15
1.4. Diplomacia cultural e americanismo	18
2. O PERÍODO DA BOA-VIZINHANÇA NA AMÉRICA LATINA	22
2.1. Antecedentes da Política de Boa Vizinhança	22
2.2. Razões para o estabelecimento da Política de Boa Vizinhança	24
2.3. A Política de Boa-Vizinhança: forma e objetivos	25
2.3.1. Forma	25
2.3.2. Objetivos	26
2.4. Política externa brasileira e a relação com a Política de Boa-Vizinhança	28
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA POLÍTICA DE BOA-VIZINHANÇA	33
3.1. Jogo de dois níveis: âmbito doméstico	34
3.2. Jogo de dois níveis: âmbito internacional	38
3.3. O fim da Política de Boa-Vizinhança	41
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

A influência estadunidense no Brasil é vista, hoje, em diversos âmbitos e setores. Seja nos padrões de consumo, na cultura, nas ideologias, no modo de falar ou nos hábitos, há uma grande presença norte-americana no país. A isso se dá o nome de americanização, quando um país absorve comportamentos dos Estados Unidos, muitas vezes em detrimento dos seus próprios. O chamado *american way of life* (estilo de vida dos estadunidenses) é visivelmente presente no Brasil, na atualidade, e já o é há muitos anos. Como tal americanização impacta diretamente diferentes áreas, inclusive a política, a cultura e a economia nacional, se faz necessário entender o contexto no qual essa influência surge, e como ela se propaga internamente.

O projeto dos Estados Unidos de americanizar a América Latina, o Brasil incluso, remonta à década de 1930, durante o chamado período entre guerras. A política externa estadunidense que vai ser responsável por esse projeto, é a chamada Política de Boa-Vizinhança, realizada no governo de Franklin Delano Roosevelt, entre 1933 e 1945. Essa, vai se configurar como uma mudança, e certa inovação na política externa dos Estados Unidos, que vai se valer de métodos mais sutis, como a cultura e a mídia, para atingir seus objetivos, divergindo de seu modo de ação característico àquela época.

Será assim analisado o contexto prévio à Política de Boa-Vizinhança, explicitando qual foi a necessidade dessa mudança por parte do governo estadunidense, que acarretou na formulação dessa política externa, e também o cenário internacional no qual ela é aplicada, os interesses por trás, os resultados que se eram esperados e os que foram possíveis de serem obtidos. Além disso, é extremamente necessário compreender o momento político que se vivia no Brasil, para entender como essa política foi recebida e propagada internamente.

A hipótese formulada para esse trabalho é de que o Brasil passou por um processo de americanização nos âmbitos econômico-cultural, a partir de 1933, em detrimento de uma política externa formulada pelos Estados Unidos. A metodologia aplicada será o estudo de caso, de forma que será feita uma pesquisa qualitativa. A estruturação do trabalho será realizada e embasada por fontes secundárias, entre elas livros e artigos do campo de relações internacionais, política, sociologia e

história. Todas essas fontes são correlatas com os eventos que ocorreram (ou impactaram os eventos) entre 1933 e 1945. A metodologia foi escolhida por conta do detalhamento passível de ser atingido ao se estudar com profundidade o caso específico. O estudo de caso permite a ligação entre o fenômeno ocorrido, e sua importância para as relações internacionais entre os dois países, tanto no momento, quanto até o presente. Através da literatura de outros campos similares, se visa obter uma ligação entre os pontos cruciais do caso estudado, relacionando-os com a política externa, e permitindo uma compreensão mais abrangente.

O trabalho se dividirá em três capítulos. O primeiro será dedicado à apresentação de conceitos pertinentes para o estudo de caso. Para isso, como se visa estudar, além da influência econômica decorrente dessa política, a cultural também, serão apresentados os conceitos de poder nas relações internacionais, que conseguem explicar os resultados em ambas as áreas. Além do conceito de poder, será necessário entender o que se enquadra na definição de cultura, e como ela opera na aproximação entre pessoas. A chamada diplomacia cultural é o que permite, no campo das relações internacionais, essa aproximação, através de políticas, de forma que esse capítulo também estudará o que é política externa, e como a diplomacia cultural se encaixa nela.

Já na segunda parte, é onde será visto o contexto histórico dessa política. Se buscará entender como os Estados Unidos se comportavam, em questão de política externa, para com a América Latina, de uma forma muito mais agressiva e intervencionista, e como houve uma mudança nessas atitudes. O contexto internacional, a necessidade de manter região próxima (ideologicamente) e necessidades internas da nação norte-americana, serão vistas para explicar o modo e a razão da Boa-Vizinhança, instaurada a partir de 1933.

E por fim, no último capítulo, será feita uma análise de política externa. Através dos conceitos apresentados no primeiro capítulo, e do escrito de Putnam (2017) sobre o Jogo de Dois Níveis, se buscará entender as influências internas dos Estados Unidos (a nível doméstico), e as externas. Além dessa análise dos âmbitos nacionais e internacionais, nessa última parte será visto, também, como a política externa influenciou a economia e a cultura brasileira na época, visando comprovar a hipótese de que houve uma americanização, a partir de 1933, deliberadamente pensada e executada pelos Estados Unidos.

O trabalho, portanto, busca compreender os principais eventos ocorridos entre os dois países, e no cenário internacional, de forma geral (que tiverem correlação com o estudo), a partir da junção de conceitos das relações internacionais, aplicados aos eventos históricos aqui estudados, para subsequente análise da política externa.

1. A CULTURA COMO FORMA DE PODER DA POLÍTICA EXTERNA

1.1. A definição de poder dentro das Relações Internacionais

O poder é um dos principais, e mais importantes, conceitos estudados nas relações internacionais, e até o dia de hoje gera debates entre os autores sobre o que, de fato, classifica o que é poder. Nye (2004) entende que muito se discute sobre essa palavra, mas por sua complexidade, ela é pouco entendida. O autor apresenta algumas noções do conceito, que são costumeiramente associadas ao que é o poder, dentro do campo das relações internacionais, e explicita os problemas e limitações de tais definições.

Uma primeira ideia define que o poder é quando um ator consegue afetar o comportamento dos demais, a seu favor próprio, ou seja, ele consegue, através de sua influência, fazer com que o outro agente se porte de maneira que vá de acordo com seus interesses. Essa influência pode ser através da coerção, como pela utilização de armamentos militares, mas também pode ser mais sutil, convencendo através do discurso, que o outro agente coopere sem necessidade de uso da força. Essa visão carrega limitações, visto que, um ator agir de acordo com o interesse de um outro agente, não necessariamente é poder, sendo necessário considerar um contexto prévio. Isso porque um país poderia já ter uma predisposição a realizar algo, de forma que não foi exatamente apenas a influência de um ator que levou o outro a agir dessa maneira. Exatamente por esse ponto que se é preciso haver um entendimento do contexto, para verificar a projeção e tamanho do poder empregado (NYE, 2004).

Uma outra concepção remete-se à lógica de que poder é a posse de recursos, que no contexto de Estados-nações, diz respeito às capacidades naturais, bélicas, militares e econômicas, espaço geográfico etc, e quanto mais recursos um agente tiver, maior seu poderio. O que é posto em questão é que, em primeiro lugar, os recursos variaram (e variam até hoje) em grau de importância. Assim, possuir um dado recurso mas ele não ser relevante naquele momento histórico, não confere poder ao país que o possui. E mais, o simples fato de possuí-los, não assegura os resultados esperados. Um Estado que possui uma grande força bélica, não necessariamente irá conseguir vencer uma guerra. Por isso, é importante

compreender e ampliar o conceito de poder, de forma que possa abranger os mais variados espectros, e considere as mudanças que ocorrem no mundo de hoje, deixando apenas de focar estritamente em questões tradicionais, como as militares (NYE, 2004). Nye (2002), define então o poder como a capacidade em levar os agentes a desejarem aquilo que você deseja, de forma que os fins esperados por um ator, sejam atingidos.

Para Morgenthau (2003), quando se trata de poder na esfera das relações internacionais, ele entende que esse conceito se trata do “controle do homem sobre as mentes e ações de outros homens” (MORGENTHAU, 2003, p. 51). Ele introduz também, a ideia de poder político, que é categorizado pelas relações entre os atores da política internacional, (estadistas, governantes, de modo geral, aqueles que são alguma figura com poder e autoridade) e a população dos países, e assim essa forma de poder é descrita entre os atores que influenciam, e os que são influenciados.

Outro ponto para o autor, é que os Estados, quando atuando na esfera política, estão em constante busca por poder. Pode ser a busca por mais poder como objetivo final em si mesmo, ou ainda, ele pode ser perseguido como um intermediário, que permite o alcance de objetivos nacionais. Independentemente de qual seja a finalidade, a busca por poder é constante (MORGENTHAU, 2003).

Ainda é importante considerar a execução de certas políticas (financeiras, econômicas etc), em termos de quais objetivos finais elas verdadeiramente buscam. Uma política financeira pode ser empregada visando um maior ganho de poder de um Estado sobre o outro, não apenas se tratando das vantagens financeiras que serão obtidas. Pode até ser que, um país pense em uma política financeira que não vá gerar grandes resultados nesse âmbito, mas que pode acarretar em um crescimento de poder (que para o autor foi definido com um controle sobre os homens). Dessa forma, os agentes políticos desta nação precisam fazer esses cálculos de como uma determinada política pode incrementar a projeção de poder sobre outra nação (MORGENTHAU, 2003).

Além disso, o poder também não é entendido como algo unitário, como a ideia de Nye (2004) que defende a existência do *hard power* (poder duro) e do *soft power* (poder brando). O primeiro diz respeito às formas de poder mais tradicionais, mais visíveis e fáceis de serem identificadas. O poder duro engloba questões militares, econômicas, fronteiriças, recursos e outros fatores. Assim, é possível

identificar mais facilmente o *hard power* de um país ao analisar seu tamanho geográfico, sua capacidade militar, sua economia, suas questões políticas internas. Essa forma de poder funciona, em grande parte, pela coerção, ou seja, o país se utiliza de todos os fatores mencionados acima para projetar suas vontades. Os recursos que fazem parte do poder duro, por serem facilmente visíveis, permitem a identificação do tamanho em poder de um país.

Já o *soft power*, é uma forma um tanto quanto mais sutil de poder, mas que também é efetiva e ainda se configura como poder. Para Nye (2004), essa forma de poder se utiliza da persuasão e da atração. É uma forma de fazer com que os outros países realizem aquilo que o seu país busca, mas sem se utilizar dos métodos coercitivos. É, ainda, conseguir que outro país também tenha os mesmos objetivos que o seus, se utilizando do discurso, da ideologia, de valores morais, entre outros fatores. Por meio desses aspectos, é possível tornar uma ideia atraente o suficiente para que o outro também a deseje, sem que seja necessário se valer das fontes tradicionais de poder, ou, do *hard power* (NYE, 2004).

Os Estados que possuem uma maior projeção do poder, como conceituado acima, se utilizam das duas formas: *soft* e *hard power*, ao que é chamado de *smart power*, a combinação de ambos. Historicamente é mais fácil de identificar o uso do *hard power* pelas nações, pois costumeiramente ele é associado a questões militares e econômicas, as quais são mais fáceis de serem identificadas. O *soft power*, porém, apesar de mais sutil, foi sendo percebido pelos Estados como forma complementar do uso de seu poder, em alguns aspectos especialmente, sendo a cultura um dos pilares mais utilizados nas políticas de *soft power* empregadas (PECEQUILO, 2019).

1.2. Cultura e seu poder de influência

A identidade nacional é um conceito que tem uma relação muito próxima com a cultura, e também é área de estudo recorrente nas relações internacionais. Quando se discute identidade nacional, se entende que, se trata de um conjunto de indivíduos que se entendem como semelhantes, dentro de uma unidade política, e assim fazem parte de um todo, formam uma espécie de comunidade. É definida pelo sentimento de se identificar, de se associar e de pertencer à uma nação, por parte

do indivíduo. Dessa forma, essas pessoas são regidas por uma série de instituições organizadas, que determinam o modo de vida e as regras dessa sociedade. E além disso, a configuração dessa identidade nacional pressupõe que, essas pessoas se identificam com certas características, que as tornam diferentes de outras regiões. Ou seja, essas pessoas dentro de uma nação possuem certos atributos que as diferenciam dos demais. Dessa forma, aqueles que estão dentro dessa unidade política, tem essa identificação nacional, que pode dizer respeito à um língua, uma formação histórica, uma cultura em comum à eles (LOPES, 2016).

Para a formação de uma identidade nacional, há a construção de uma cultura nacional, que diz respeito às características particulares de um país, que permite que os pertencentes de tal nação se reconheçam. E é através da formação territorial, das histórias do país (que ligam o passado com o presente), dos símbolos culturais comuns, das instituições, entre outros fatores, que se forma uma nação, gerando a identidade nacional daqueles que se sentem parte da mesma. Dessa forma, a cultura, por ser um fator intrinsecamente ligado à ideia de nação e identidade, é um fator de poder, empregada no âmbito das Relações Internacionais pelos Estados (LOPES, 2016).

A cultura é um termo de grande debate, e sem uma definição única, podendo assumir diferentes formas e conceitos, para diferentes áreas do estudo. Por isso, diferentes visões sobre o que é a cultura são aceitas. A antropologia diz ter respeito à “soma de hábitos, costumes e realizações de um indivíduo, comunidade, um povo, ao longo de sua história” (RIBEIRO, 1989, p. 29). Em um entendimento popular, o termo costumeiramente é relacionado às formas artísticas de expressão, entendendo-se com cultura a música, a literatura, a dança e muitos outros pontos. Apesar dessa associação, que é mais comum de ser feita, a cultura também pode ser entendida como um pré-conceito que uma pessoa tem. O lugar onde nasceu, cresceu e habita, moldam os julgamentos, hábitos, entendimentos, linguagem e forma de agir de uma pessoa, afinal, todo esse conjunto é a expressão de uma cultura à qual esse indivíduo está inserido. Mais que isso, ainda, por ser um conceito vasto, a cultura também é resultado de influências constantes, passadas e atuais (DE BRITO MEYER, 2012).

Se tratando das influências passadas, a cultura de um lugar carrega como herança o seu passado próprio, e também as formas como outras sociedades

impactaram no que é a cultura atual dessa comunidade. É simples de se ver essa ideia, quando se pensa na colonização, por exemplo, pois os países colonizados possuem uma cultura que é resultado da mistura dos costumes de diferentes povos, colonizadores e colonizados. Apesar do exemplo citado, sociedades que não passaram pelo mesmo processo também são resultado da junção da cultura de outros povos. E a cultura, hoje, é constantemente influenciada pelo fenômeno da globalização e das mídias, que faz com que os intercâmbios culturais ocorram de forma muito mais rápida e fácil. Assim, a todo instante ocorre essa troca, e a absorção de comportamentos e princípios, de uma região para a outra (DE BRITO MEYER, 2012).

Por meio da cultura, é possível que uma aproximação, seja ela entre pessoas ou países, ocorra mais facilmente, e é por ser um fator subjetivo, que muito se utiliza dela para empregar e difundir valores. Por ser algo natural, ou seja, pelo fato de a difusão cultural ocorrer há séculos, muito se utiliza dela para poder propagar os interesses de uma região ou país. Para poder atingir objetivos, econômicos, comerciais, políticos, é empregado o uso da cultura, pois ela consegue atingir resultados que políticas de poder tradicionais não conseguiriam, com o mesmo êxito (RIBEIRO, 1989).

A influência da cultura reside na identificação, em algum grau, que o outro tenha. Quando um país promove seu poder através dela, se houver uma similaridade ou algum ideal compartilhado, a expansão e projeção de poder desse país será maior, porque o mesmo poderá apelar à essa ideia, e assim fazer com que o outro Estado venha a ter um mesmo objetivo (NYE, 2004). Além disso, Ribeiro (1989) defende que quando se fala de cultura, relacionando-a à uma política, ou seja uma, política que se utilize da cultura ou que vise impactar uma, essa deveria ser regida pela ideia de reciprocidade, ou seja, de trocas entre os agentes envolvidos. Essa ideia, prega que quando se busca expandir uma cultura para uma outra região, tal expansão deveria ser feita em forma de um intercâmbio, de um compartilhamento dos dois lados.

Dessa forma, os países se utilizam, em muitos casos, desse conceito na formulação de suas estratégias. Defendendo maiores relações culturais entre nações, um Estado formula uma política nesse âmbito, para de alguma forma expandir o seu poder, e alcançar as metas por ele idealizadas. O impacto cultural

que um país exerce no outro, passa por muitos conceitos no campo das Relações Internacionais, pois para que um país consiga levar a sua cultura para fora de suas fronteiras, há um planejamento estratégico, que perpassa a ideia de poder, explicada acima, política externa e diplomacia cultural, que serão discutidas a seguir (RIBEIRO, 1989).

1.3. A política externa como forma de poder de um Estado

A política internacional feita por um país, se expressa por meio do poder, brando (*soft power*) ou duro (*hard power*), ou em parte dos casos, de ambos em conjunto. Essas políticas são feitas levando em conta o interesse nacional de um determinado país, o que ele visa alcançar, como ele se projeta mundialmente, entre outros fatores, e são chamadas de política externa. Ela é feita pelo Estado para alcançar os objetivos nacionais, e são as ações empregadas perante os demais países. É formulada através de uma “análise das realidades interna e externa, de forma a se poder compatibilizar as necessidades internas com as possibilidades externas” (OLIVEIRA, 2017, p. 6).

O alcance que tal política pode ter, vai depender da força que um Estado tem para fazer com que o sistema internacional siga suas posições e vontades. Por isso, para um país, a busca pelo poder também é importante também pois é o que possibilita que determinada nação consiga uma melhor negociação no âmbito internacional. Dessa forma, a política externa, seus resultados e projeções são condicionados pelo poder que um país tem, e mais: é preciso levar em conta os poderes dos outros atores do sistema, comparativamente (FIGUEIRA, 2017).

Também deve-se levar em conta que a política externa é menos volátil¹ que a política nacional, visto que o sistema internacional é mais estático. Mas apesar disso, ela também passa por mudanças, especialmente devido às mudanças de

¹ O modo que um país se insere no sistema internacional, e a posição que ocupa no mesmo, não sofrem grandes mudanças periodicamente. Isso porque, cada país ocupa uma posição hoje, que é resultado de uma construção histórica, e por isso, os papéis que os atores exercem no cenário internacional são mais duradouros, e quando mudam, geralmente são de forma mais lenta e processual. Isso se difere das políticas nacionais, que podem passar por grandes mudanças a cada eleição. Dessa forma, uma Política Externa é formulada levando em conta justamente o papel que aquele país ocupa, e como esse papel tende a se manter, ou passar por pequenas mudanças, a atuação da Política Externa tende a se manter, alterando-se pequenos pontos (FIGUEIRA, 2017).

governantes do país, pois apesar de eles buscarem os interesses nacionais, os métodos de cada governo podem variar. E também, é preciso entender o cenário e a conjuntura internacional na hora de elaboração da política externa, pois apesar de mais duradouros, eles também passam por ocasionais mudanças. Assim, os formuladores da política externa têm de estar atentos ao cenário e às possibilidades externas, para que conforme mudem as condições, o país saiba se aproveitar das mesmas, e também saiba como se utilizar de suas forças domésticas para obter vantagem (FIGUEIRA, 2017).

A política externa pode ser separada em três áreas, sendo elas a da diplomática, econômica e militar. A primeira diz muito sobre os princípios que o país representa e propaga perante o sistema, como por exemplo, a defesa da democracia. O segundo diz respeito às capacidades econômicas e de mercado que um Estado têm. E a área militar demonstra se, dada as capacidades bélicas e estratégicas, um país vai se comportar e representar uma ameaça ou aliança à uma outra nação, como por exemplo, em uma região com um conflito iminente, se o seu vizinho se configura como aliado ou inimigo. E por fim, um país quando organiza uma determinada política, idealiza a mesma, pensando nos resultados. Ou seja, ela é feita visando atingir um objetivo, mas que nem sempre irá ocorrer da forma que foi imaginada (OLIVEIRA, 2017).

Após entendido esse conceito, há uma outra questão importante a ser tratada, e essa é a forma como é decidida, formulada e implementada uma política externa, assim como os resultados esperados quando ela é implementada, chamada de Processo Decisório em política externa (OLIVEIRA, 2017).

Essa, pode passar por algumas mudanças nos métodos, quando há mudança de governantes, embora os objetivos e interesses nacionais permaneçam os mesmos. Um ponto que aprofunda esse entendimento, e amplia o debate, diz respeito ao fato de os governantes e líderes de Estado (ou os responsáveis por implementar a política externa) sofrerem influências e pressões de diversos lados. É considerado que as ações tomadas por tais políticos são racionais, mas é também importante, para poder analisar as diferentes políticas feitas, como tais ações são produto das disputas internas. Assim, os diferentes grupos de interesse que existem, naturalmente, dentro dos Estados, são fatores a serem considerados como influenciadores na formulação da política de um país. Tais grupos, ao buscarem

seus interesses divergentes, exercem pressões sobre os responsáveis pela implementação da política externa, e por isso é necessário compreender a complexidade desse conceito. Além disso, os grupos de interesse mencionados acima podem, ou não, serem grupos governamentais. Ou seja, os diferentes setores da sociedade exercem suas influências, porém, em última instância, os responsáveis por de fato executarem a política externa de um país, são representantes estatais (OLIVEIRA, 2017).

O ponto explorado acima, referente à força de influência dos atores domésticos é extremamente necessário, quando se estuda a implementação da Política Externa, visto que ela é formulada internamente, e só depois é aplicada de forma internacional. Uma questão, contudo, pouco tratada é que, há casos em que os eventos e tendências externas impactam as opiniões dos agentes domésticos. Assim, os grupos internos de um país, podem ser influenciados pelo cenário internacional (FIGUEIRA, 2017).

Ademais, pode-se considerar que a formulação de uma política internacional é, em certo nível, semelhante à formulação de uma política nacional. Isso pois, é feita pelo Estado, ou seja, um, ou mais, representantes formais do governo, que são racionais, mas influenciados e pressionados por diversos lados. O ponto de diferenciação é o ambiente onde é implementado, pois internamente o Estado tem controle sobre seu o território, sua população e seus recursos, e já no âmbito internacional, não. Suas políticas e reivindicações para com os outros países dependem desses outros atores, visto que o sistema é anárquico, ou seja, não há um país acima dos demais, uma autoridade central, e sim uma disputa entre os Estados, que são considerados como iguais (OLIVEIRA, 2017).

Considerando todos os fatores mencionados acima, ainda têm de se levar em consideração a diferença entre resultado esperado versus o resultado atingido. Quando um líder idealiza uma política externa, essa construção é feita pensando na realidade tal qual ele enxerga, e ainda, nos objetivos prioritários à ele (ou ao seu partido, grupo de interesse etc). Dessa forma, através de sua visão sobre o cenário interno e externo, sobre as possibilidades daquele país, sua posição internacional, e sobre sua visão do que se deseja alcançar, é pensado na melhor política (OLIVEIRA, 2017).

Há um outro ponto importante a ser levado em conta quando se fala dos tomadores de decisão/elites que definem a Política Externa. Apesar de ser considerado que os agentes são racionais, é necessário também entender que tais agentes são moldados pelo ambiente em que vivem. Assim, as crenças, valores e experiências prévias são fatores que constroem o modo de pensar desses agentes (HERZ, 1994).

Dessa forma, os atores agem com base em suas experiências, em seus objetivos e em uma terceira questão: a percepção da realidade. Isso porque, os tomadores de decisão, entendem a realidade de acordo com suas realidades próprias, de forma que a leitura do contexto pode não ser precisa ou completamente correta, e isso vai impactar nos resultados da política externa, pois uma percepção errada pode levar a políticas errôneas. Por isso, apesar de se assumir a racionalidade dos agentes, esses pontos são intrínsecos no estudo da tomada de decisão por parte dos atores no controle (HERZ, 1994).

Assim, também é preciso considerar a diferença entre intenção, ação e resultado. A política externa é formulada com um objetivo, visando atingir algo que se entende como necessário para aquela realidade, é uma busca pela mudança de algum ponto que é compreendido pelos formuladores da realidade do país (ou do sistema internacional) àquele momento. Com base nessa impressão do que é a realidade, esses mesmos agentes analisam as possibilidades para a mudança e obtenção dos interesses nacionais, e constroem a política e a implementam. É a partir desse ponto que podem ocorrer divergências, visto que, pela anarquia do sistema, os Estados implementam suas políticas sem ter completo controle do que elas vão representar na prática. Por isso, a política externa quando realizada, pode vir a obter resultados muito diferentes dos esperados, podendo excedê-los ou não. Há assim uma imprevisibilidade e volatilidade da política externa de um país no sistema (OLIVEIRA, 2017).

1.4. Diplomacia cultural e americanismo

Após ter visto a ideia de poder, cultura e política externa, é importante entender como todos esses conceitos se conectam na ideia de Diplomacia Cultural.

Essa última é um braço da política externa de um país, pois é uma forma diplomática empregada, que visa alcançar os objetivos nacionais da política externa, por métodos além dos tradicionais, aqui nesse caso sendo o uso da cultura. Essa forma de diplomacia é entendida como uma forma de poder, do chamado *soft power*, pois se utiliza de um poder não tradicional, mas sim de uma forma de atração e persuasão, mas sem coerção, de outro Estado aos interesses daquele país. Mas apesar da Diplomacia Cultural se enquadrar no chamado *soft power*, esse não se resume somente a isso, como visto anteriormente, pois pode se manifestar de outras formas além da cultura (GOMES, 2015).

Assim, é importante, também, entender que trocas culturais podem ocorrer entre entidades não-governamentais, mas a Diplomacia Cultural, por ser um dos métodos da política externa, se utilizando da diplomacia de um país, é feita pelo Estado, pelos responsáveis governamentais diplomáticos. É a utilização dos fatores culturais, por um país, na arena internacional, perante os demais atores. E ainda, essa forma de diplomacia é feita visando buscar os interesses nacionais de uma país, como visto acima, mas não apenas no âmbito cultural. Afinal, o emprego do fator cultural é feito pela sua capacidade de ser mais eficaz e sutil, em muitos casos, mas ele objetiva o alcance em outras áreas, como a política, econômica etc (GOMES, 2015).

Ribeiro (1989) explica como a cultura tem papel crucial na formação dos Estados e na troca entre os países no campo internacional. Segundo o autor, os governos se utilizam da inserção da cultura na diplomacia (ao que é chamado de Diplomacia Cultural) para assim poderem proferir um discurso de aproximação e intercâmbio entre as nações, sendo que na realidade visam, também, outros objetivos. Essas práticas são especialmente percebidas e utilizadas pelas maiores potências, que através delas conseguem propagar seus costumes e hábitos, se “infiltrar” pelo mundo e conquistar mercados.

A Diplomacia Cultural, como explicado acima, é feita por um país na busca por alcançar os objetivos da sua política externa, e é uma das ferramentas por ela empregadas. Ainda é importante ressaltar e complementar que, cada país aplica tal Diplomacia de modo particular, ou seja, as formas e os meios dependem de cada Estado. Outro ponto também necessário de compreensão é que, dentre os muitos objetivos que uma Diplomacia Cultural pode ter, a busca por exportar os valores

culturais de uma nação, é sempre presente. Ou seja, cada Diplomacia Cultural tem suas particularidades, e podem possuir diferentes finalidades e objetivos, mas todas têm em comum a busca pela expansão dos valores de um país, e visam projetar uma boa visão daquele país no cenário internacional (BARBA, 2015).

Um outro ponto, como explicitado por Jesus (2019), é que essa forma diplomática é feita para uma maior cooperação, respeito e aproximação entre as nações (aquela que realiza a Diplomacia Cultural e aquelas que são as receptoras da mesma). Ela deve ser pensada de forma que leve em conta as características particulares de cada país, e para uma maior eficácia, não deve funcionar como mão única, mas sim como uma troca e um verdadeiro intercâmbio. Ela é, também, muitas vezes realizada como forma de aproximação entre Estados que possam ter uma relação hostil, com questões prévias de hostilidade, por isso que a cultura é empregada, como forma de tentar contornar essa situação, de forma mais sutil.

É importante ressaltar que, apesar de toda política externa se utilizar do poder, os Estados mais fortes no Sistema Internacional causam um impacto diferente, pela questão chamada de hegemonia. Essa, diz respeito ao uso do poder de uma maneira que não admite o emprego da violência, a não ser em casos onde não haja outra forma do país garantir sua sobrevivência (ou a sobrevivência de seu status quo), como em uma guerra, por exemplo. Cox (1993) explicita que para se constituir uma hegemonia, existem estruturas políticas, econômicas e sociais dentro de um país, capazes de projetar, mundialmente, a maneira de agir, desse Estado dominante, criando desta forma, um padrão a ser seguido pelos demais. A hegemonia, assim, é marcada pela força de um país, que possui uma capacidade material, vista pela sua economia e pelas suas forças militares; pelas ideologias que consegue expandir para o mundo, através de seus valores e hábitos, colocando os assim como regras a serem seguidas; e das instituições, que são as responsáveis por, através das forças materiais, e das ideias propagadas, manter uma visão de que essa é a ordem internacional, e não a ordem de um país apenas, difundida e propagada para todos os Estados do sistema.

Por isso, quando se fala nas políticas realizadas pelos Estados Unidos, pode-se incluir o conceito de hegemonia, visto que o país citado possui as características vistas acima de Estado hegemônico. Os norte-americanos, desde o século passado, têm buscado realizar políticas culturais para propagar os seus

hábitos e produtos e costumes, o chamado *american way of life*². Seja essa política feita para aumentar o seu comércio, a exportação de seus produtos pelo mundo, ou para projetar uma determinada imagem do que o país representa, essas políticas geram uma americanização. Esse conceito é resultado da aplicação de uma diplomacia cultural norte-americana no mundo, e essa diplomacia consegue gerar esse resultado, dado o caráter do país, como hegemônico. Essa americanização diz respeito à influência que o país gera nas outras nações que são “alvos” dessa diplomacia, é a forma pela qual os Estados Unidos empregam sua política externa, ou ainda, é um dos pontos da política externa exercida. Essa americanização nada mais é do que a incorporação dos hábitos, ideologias e produtos estadunidenses por um outro país. Feita através da propagação do americanismo nas mídias, meios de comunicação etc, o país passa a adotar costumes estrangeiros em detrimento de seus costumes locais. Assim, há essa mudança de práticas nacionais que não fica restrita somente à cultura, mas também se propaga nos âmbitos econômicos, ideológicos e políticos (BAMMANN, 2011).

² O chamado *american way of life* é traduzido como o estilo de vida americano. Com a expansão do poder econômico e político dos Estados Unidos já nas primeiras décadas do século XX, os hábitos de consumo, os princípios morais da nação e o estilo de vida dos americanos ficaram conhecidos como *american way of life*, e passaram a ser expandidos internacionalmente pelo país norte-americano, como modelo a ser seguido (AFONSO, 2015).

2. O PERÍODO DA BOA-VIZINHANÇA NA AMÉRICA LATINA

2.1. Antecedentes da Política de Boa Vizinhança

O período que antecedeu a formulação e o estabelecimento da Política de Boa Vizinhança, foi marcado por diversas intervenções armadas na América Latina. Elas serviam para afastar a presença/interferência estrangeira (europeia) na região, e para garantir uma estabilidade política nos países latinos recém-independentes (uma forma de assegurar governos que estivessem de acordo com os interesses americanos). Isso, porém, acabou por gerar uma grande insatisfação por parte de tais países, e um sentimento de aversão às políticas que os Estados Unidos vinham realizando, sentimento esse também chamado de antiamericanismo. A Política do *Big Stick*, de Theodore Roosevelt³ (1901-1909), e a Diplomacia do Dólar de William Taft (1909-1913), de 1909, foram os nomes dados às políticas externas adotadas pelos Estados Unidos para com a América Latina no começo do século XX (BASTOS, 2015).

O *Big Stick* (grande porrete, em português), recebeu esse nome pelo caráter militar-intervencionista que a política adotou, e perdurou de 1901 até o fim do mandato de Theodore Roosevelt, em 1909. Tal medida foi instaurada, tendo a premissa de que os Estados Unidos poderiam realizar intervenções em países da América Latina que não estivessem cumprindo com requisitos básicos de civilização, de forma que o país ao Norte do continente, poderia realizar uma empreitada militar para garantir a ordem, onde ela estivesse sendo desrespeitada, se colocando assim, como uma espécie de polícia internacional para com os seus vizinhos (BASTOS, 2015).

Apesar do discurso ser de defesa da civilidade, a preocupação com a presença europeia no continente foi um dos grandes fatores para a adoção de uma política intervencionista. Isso porque, apesar de independentes e “livres” formalmente de seus colonizadores, os países europeus ainda possuíam poder na região. Dessa forma, por questões econômicas e financeiras (em grande parte,

³ Theodore Roosevelt foi o vigésimo sexto presidente dos Estados Unidos, de 1901 a 1909. Seu governo buscou consolidar o poderio norte-americano pelo mundo, e sua política externa foi voltada à “proteção” da América Latina, visando manter a projeção estadunidense sobre a região, que era sua zona de influência (BASTOS, 2015).

dívidas não pagas), os Estados europeus realizavam invasões para assegurar formas de compensação e pagamento (BASTOS, 2015).

O *Big Stick* (iniciado 1901) ficou conhecido como uma adição do corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, do século anterior. Essa doutrina, como conhecida pela frase “América para os americanos”, demonstra a preocupação da nação estadunidense de proteger a América da intervenção europeia no continente, visando fazer com que a região fosse a sua zona de influência. Apesar de objetivar obter uma influência em toda a América Latina, acabou por realizar intervenções majoritariamente apenas na América Central e Caribe. Isso pois a região era de extremo interesse econômico estadunidense, pelo acesso à Ásia Oriental, e pela continuação da construção do Canal do Panamá, que antes era uma obra francesa e passou a ser responsabilidade norte-americana, durante o mandato de Theodore Roosevelt (1901-1909). Dessa forma, a política de Theodore Roosevelt guarda grande relação com a tentativa dos Estados Unidos de evitarem a presença de países europeus no continente americano (BASTOS, 2015).

Após o fim do mandato do presidente Roosevelt, em 1909, William Taft (1909-1913)⁴, seu sucessor instaurou a política chamada por ele de Diplomacia do Dólar. Oficialmente, constituía um discurso de troca de instrumentos bélicos, força militar e armas, por dólares. Na prática, a intervenção militar continuou, também nesse período. Porém é chamada de Diplomacia do Dólar pois a retórica era de que fossem realizados empréstimos, exportados bancos, e realizados investimentos na América Latina para que, o dólar pudesse ser mais comercializado e circulasse mais, e também para assegurar um predomínio financeiro norte-americano, na região, de forma que pudesse levar a moeda estadunidense a ser, cada vez mais, influente (BASTOS, 2015).

A política do *Big Stick* e da Diplomacia do dólar, serviram para aguçar e expandir o sentimento de antiamericanismo, por parte dos latinoamericanos, o que não era de interesse dos Estados Unidos, pois esse último buscava perpetuar sua zona de influência na América Latina, tanto economicamente quanto em termos de poder.

⁴ Taft foi o sucessor de Theodore Roosevelt na Casa Branca. Diferindo de seu antecessor, seu governo buscou aplicar medidas econômicas para consolidar o poder dos Estados Unidos (BASTOS, 2015).

Quando Woodrow Wilson (1913-1921)⁵ se tornou presidente dos Estados Unidos, em 1913, o caráter da política externa começa a passar por uma leve mudança. O presidente norte-americano se utiliza de um discurso em defesa de princípios morais e da democracia no continente, alterando a retórica de agressão intervencionista (presentes no governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), e em parte também no de Taft (1909-1913)) para a de um dever moral. Essa postura de Wilson, de certa forma, foi uma política precursora do que seria a Política de Boa Vizinhança (SARAIVA, 2008).

2.2. Razões para o estabelecimento da Política de Boa Vizinhança

A mudança da política externa estadunidense em 1933, com a chegada de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) ao poder, foi feita por certas alterações na dinâmica nacional e no cenário internacional. Como visto, a política externa começou a passar por uma revisão (mesmo que no discurso) à época do presidente Wilson (1913-1921). A dificuldade, porém, que as políticas anteriores obtiveram, em manter a América Latina sob a influência que os Estados Unidos desejavam, resultou na adoção da Boa-Vizinhança (BASTOS, 2015).

Na década de 30, o sentimento nacionalista começou a se fortalecer na América Latina com um todo. Tal onda de nacionalismo buscava um desenvolvimento no plano econômico desses países e o fim de intervenções das potências na região. A ascensão do nacionalismo nesse período é explicado pelo sentimento de aversão que vinha sendo cultivado, devido às diversas interferências dos outros países, somado à crise econômica de 1929, que traz à tona a necessidade de um projeto de desenvolvimento econômico (VALDÉS, 1997).

Por isso, começa a ocorrer uma busca pela industrialização, vista como forma de alavancar as economias dependentes das grandes nações capitalistas. Nesse período, há um grande foco no Estado como impulsionador e planejador da economia, e um protecionismo. Além disso, como mencionado, havia uma aversão às intervenções estrangeiras, visando uma maior autonomia da América Latina. É,

⁵ Foi o vigésimo oitavo presidente dos Estados Unidos, após Taft. Seu governo foi fortemente marcado pela busca em levar as ideias e morais democráticos estadunidenses para o mundo (BASTOS, 2015).

assim, um nacionalismo que fica conhecido como nacional-desenvolvimentista, em busca por crescimento econômico, para não mais ser dependente das forças internacionais (VALDÉS, 1997).

Assim, a ascensão de um nacionalismo nos países da América Latina, que não mais toleravam as políticas estadunidenses aplicadas, a crise de 1929 que gerou ainda mais a necessidade do mercado consumidor latino, a ascensão, e consequente influência, do nazismo alemão, levaram os Estados Unidos a adotarem o que ficou chamado de Política de Boa-Vizinhança (BASTOS, 2015).

2.3. A Política de Boa-Vizinhança: forma e objetivos

2.3.1. Forma

A Política de Boa-Vizinhança visou alterar a imagem imperialista e o antiamericanismo que os Estados Unidos tinham na América Latina, de modo que a adoção de um não intervencionismo foi o ponto que delineou a política adotada. Isso porque, para poder manter a região como sua esfera de influência, era preciso conquistar a simpatia do povo latino-americano, ao contrário do sentimento de aversão que vinha sendo cultivado, e crescendo (SCHOULTZ, 1998).

Juntamente com o princípio da não intervenção, foi estabelecida uma “Boa-Vizinhança”, para incentivar a cooperação entre os países no continente americano. Tal ideia de cooperação foi propagada apelando à ideia do pan-americanismo⁶, ou seja, uma busca por união entre os países americanos. A política externa adotada pelos Estados Unidos vai se pautar muito mais pela aproximação cultural, por uma integração e ajuda econômica, e pela ideia de união, em contraste com as políticas belicosas do começo do século XX (GALDIOLI, 2008).

A política estadunidense vai se pautar, num primeiro momento, pelos princípios de “Boa Vizinhança” com a região, termo esse que designava justamente uma vizinhança mais pacífica e sem intervenções militares, ao contrário do que vinha ocorrendo nos anos anteriores. Quando porém as relações brasileiras com a

⁶ O pan-americanismo foi um conceito defendido por Simon Bolívar, no Congresso do Panamá em 1826, que diz respeito à busca pela união dos países americanos, defendendo princípios de liberdade, cooperação e autodeterminação das nações do continente americano (LOBO, 1939).

Alemanha começam a aumentar, e com o estreitamento das relações na política mundial, renunciando uma guerra, os Estados Unidos passam a se utilizar cada vez mais da influência cultural. A Política de Boa-Vizinhança emprega cada vez mais a diplomacia cultural como forma de assegurar os objetivos e poder estadunidenses na região. Essa diplomacia é a base da política externa estadunidense adotada para com o Brasil. A utilização da mídia, propaganda, e de outros meios de propagação cultural passam a ser cada vez mais empregados, nessa fase da política de Boa-Vizinhança. A troca cultural entre Brasil e Estados Unidos passa cada vez mais a ser defendida, e a penetração da cultura norte-americana fica cada vez mais evidente (MORAES, 2008).

2.3.2. Objetivos

É verdade que dentre os objetivos dessa política, estavam a perpetuação da zona de influência, como mencionado acima, o incentivo ao comércio entre os países, para reverter os efeitos da crise de 1929, e o afastamento da ideologia nazista na região. O primeiro objetivo, porém, que impulsionou a adoção da Boa-Vizinhança, foi o econômico (BASTOS, 2015).

Com a quebra da Bolsa de Valores em Nova Iorque no ano de 1929, o mundo entrou em recessão, afetando a economia de diversos países drasticamente, sendo os Estados Unidos inclusos⁷. Nos anos que se seguiram, o liberalismo econômico realizado e defendido pela grande potência norte-americana, começou a ser criticado, e muitos países passaram a adotar medidas mais protecionistas. Além disso, pela recessão, a economia estadunidense sofreu com a diminuição de suas exportações, o que era vital para uma recuperação macroeconômica. Assim, o mercado latinoamericano se tornou ainda mais um ponto de interesse e necessidade. Isso pois, poderiam exportar suas manufaturas e produtos básicos, ao passo que conseguiriam insumos e matéria-prima a preços baixos. Com isso, o

⁷ O aumento excessivo (e desconexo da realidade material) das especulações financeiras no mercado de ações dos Estados Unidos, levou à quebra da Bolsa de Valores, e a subsequente crise de 1929. Nos anos anteriores, o país vinha obtendo um grande crescimento econômico, que foi interrompido por tal crise, trazendo desemprego, queda na produção industrial etc. Assim, tais fatos impactaram o mundo todo, em escalas diferentes, mas pelos Estados Unidos serem o maior produtor industrial à época, quando a crise ocorre, todo o comércio mundial é alterado (ROSSINI, 2013).

estabelecimento de uma política de não intervenção nesses países, visando uma melhora da imagem norte-americana na região para aumentar relações econômicas e poder sair da crise que se instalara, foi um primeiro motivo para a adoção da política em 1933 (ROSSINI, 2013).

Apesar da questão econômica ter sido o primeiro maior incentivo, com o crescimento em relevância e atuação internacional do partido nazista, a Política de Boa-Vizinhança começa a dar uma atenção maior para um segundo objetivo: a proteção do continente americano das forças ideológicas nazistas (BASTOS, 2015).

A penetração cada vez maior do nazismo no mundo, em especial na América Latina, é um fator que preocupava os Estados Unidos, pois este via uma possibilidade de diminuição/perda da influência em uma região que historicamente era de seu protetorado. Levando em conta o antiamericanismo dos últimos anos, e o crescente nacionalismo nos países latinoamericanos, que guardava relações e se assemelhava com o nacionalismo alemão, a potência da América do Norte via necessidade de intensificar sua política externa. Além disso, o comércio de compensação entre a Alemanha e países da América Latina vinha aumentando, o que também prejudicava os objetivos econômicos estadunidenses. O comércio de compensação se constituía na troca dos produtos manufaturados alemães, por insumos básicos latinos, porém sem a intermediação do dólar. Por isso, o crescimento de relações comerciais alemãs em detrimento das norte-americanas, a não utilização do dólar, a crescente ideologia nazista na região deixaram os Estados Unidos em alerta. Assim, além da recuperação econômica estadunidense pós crise de 1929, a proteção de sua área de influência foi o segundo grande objetivo da Política de Boa-Vizinhança (BASTOS, 2015; MORAES, 2008).

Dessa forma, conforme a ameaça da Segunda Guerra Mundial ficava cada vez mais iminente, a importância estratégica da América Latina também aumentava. Isso tanto pelo fornecimento de minerais que a região possuía (que eram vitais para a indústria bélica norte-americana) quanto pela região geográfica. Esse último ponto refere-se à costa do Nordeste brasileiro, que era uma região na qual os Estados Unidos visavam poder ter uma base militar, para assegurar a proteção do continente. Com isso, a Política de Boa-Vizinhança aprofunda seu discurso de cooperação, buscando uma espécie de aliança militar, estratégia, cultural e política, para

fortalecer a nação hegemônica frente às forças totalitárias (com quem entraria em guerra) no continente (BASTOS, 2015; GALDIOLI, 2008).

2.4. Política externa brasileira e a relação com a Política de Boa-Vizinhança

Durante todo o tempo da Política de Boa-Vizinhança (1933-1945), o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, de 1930 a 1945. É importante, porém, entender o contexto no qual ele se torna presidente. Antes dessa data, o Brasil vivia a chamada Primeira República ou República do Café com Leite, pois os presidentes eram eleitos com base nas “alianças das principais forças de São Paulo e Minas Gerais que se alternaram no poder” (BERNARDO, 2019, p.20). As elites urbanas e os militares passam, ao decorrer dos anos, a se incomodarem com tal centralização, e é no momento da eleição para o novo presidente, em 1930, que essa insatisfação se junta à uma tensão política, que acarreta no fim do modelo da República Velha. Devido a um rompimento entre as elites paulistas e mineiras, surge um novo candidato, do Rio Grande do Sul (apoiado por Minas): Getúlio Vargas. Quando esse candidato perde para o candidato paulista (Júlio Prestes), há acusações de fraude, às quais resultam em um movimento para derrubar o vigente presidente (Washington Luís) e não permitir a posse de Júlio Prestes (BERNARDO, 2019).

É nesse cenário de descontentamento das massas urbanas, instabilidade política, com os problemas econômicos de uma economia dependente do modelo agroexportador, passando pelos efeitos da crise econômica mundial de 1929 que Getúlio Vargas se torna presidente (BERNARDO, 2019).

Sendo o Brasil majoritariamente um exportador primário, dependente da produção de café, a crise afetou em muito a economia do país. Quando Vargas entra no poder nesse cenário, algumas medidas são adotadas por seu governo, como a queima de sacas de café para valorização do produto. Além disso, o presidente vai buscar valorizar a elite cafeeira, à qual era a força motora da economia àquela época, mas também vai incentivar a construção da indústria nacional. Isso porque, naquele momento de crise, Vargas entendia que a dependência de produtos primários fragilizava o Brasil, e que por isso, era necessário ter uma indústria forte que pudesse diminuir importações e garantir maior força econômica ao país. Com

isso, durante todo o seu mandato, um de seus maiores objetivos, foi a construção de uma siderurgia que pudesse dar uma base sólida à indústria (JUNIOR, 2023).

Dessa forma, a política externa adotada por Vargas vai se pautar nesse objetivo de desenvolvimento nacional. Tendo isso em vista, vai ser por ele realizado, um jogo duplo entre Estados Unidos e Alemanha. Ou seja, o presidente vai buscar não se aliar a nenhum dos lados, e sim buscar acordos com quem oferecesse as melhores condições ao desenvolvimento brasileiro. O nome da política deste governo, ficou denominada de Equidistância Pragmática. Isso só foi possível pois, durante os anos da Política de Boa-Vizinhança que antecederam à Segunda Guerra Mundial iniciada em 1939, o bloco nazista alemão, e o capitalista americano, vão disutar a zona da América Latina, visando penetrar o mercado e levar suas ideologias para a região. Com essa disputa, Vargas adota a postura estratégica de tirar proveito da situação de importância que a região tinha, para buscar os acordos que mais favorecessem o país. Buscava, assim, quem mais poderia contribuir com o objetivo do desenvolvimento nacional brasileiro. A Equidistância Pragmática é fortemente marcada pela barganha que o Brasil vai realizar com os dois países (JUNIOR, 2023).

Adotando tal política, o comércio compensando, já mencionado, entre o Brasil e a Alemanha passou a crescer a partir de 1934, até o começo da Segunda Guerra Mundial (JUNIOR, 2023). Galdioli (2008) explica que à medida que os laços econômicos entre os dois países começam a crescer, a balança comercial entre Brasil e Estados Unidos passa a ter um superávit do lado brasileiro, demonstrando uma retração do comércio estadunidense no país. E além do aumento das relações comerciais, o nacionalismo praticado por Vargas, a presença de colônias alemãs no Brasil, o apoio e identificação da ala militar às ideologias totalitaristas, foram fatores que causaram uma maior preocupação da presença econômica e ideológica alemã na região. Assim, a Boa-Vizinhança no período próximo ao início da Segunda Guerra, passa a se valer cada vez mais da utilização da cultura estadunidense, para gerar uma aproximação e um alinhamento brasileiro (GALDIOLI, 2008).

A propaganda foi uma forma muito utilizada pelos Estados durante esse período. A Alemanha com o Ministério da Informação Popular da Propaganda, visava expandir seus ideais, para atrair outros países como seus aliados. No Brasil, Vargas criou em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), como

forma de promover tanto a sua personalidade política, como os feitos de seu governo. Além da aproximação que a Alemanha vai ter com o Brasil, pelo crescente comércio, com seu ápice entre 1933-1939, as propagandas vão gerar uma identificação de parcelas da sociedade brasileira. Isso se dá por alguns fatores, como pelas colônias germânicas ao sul do país, pela ala militar que compartilhava de ideais totalitários do regime nazista e também pelo apoio de outros grupos sociais às ideias alemãs (GALDIOLI, 2008).

As relações entre Estados Unidos e Brasil começaram a se estreitar em 1938, quando Osvaldo Aranha passou a ser Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Aranha havia sido embaixador nos Estados Unidos, em período posterior, e tinha um posicionamento favorável à nação norte-americana. Dessa forma, sua nomeação ao posto de chanceler é celebrada pelo presidente Roosevelt (1933-1945) (GALDIOLI, 2008).

Com o início da Segunda Guerra Mundial em 1939, e a expansão alemã, o governo de Roosevelt acreditava que era questão de tempo para que os Estados Unidos também entrassem na guerra. Por isso, o apoio da América Latina se fazia, mais do que nunca, necessário. É nesse contexto que vai ser criado o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, em 1940, que em 1941 vai passar a ser chamado de *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. É a partir da criação desse birô (escritório do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*) que o país norte-americano vai se utilizar da difusão cultural de forma mais efetiva e intensa. Este Departamento vai contar com o grande apoio e incentivo de Nelson Rockefeller, dono da empresa *Standard Oil*. Sua preocupação e interesse na América Latina é pelo fato de sua empresa estar em diversos países latinos, e também pois, se a presença americana fosse ameaçada pela presença alemã, os produtos estadunidenses poderiam ser vendidos em menor escala, enfrentando competição. E além disso, ele entendia que o governo norte-americano não estava conseguindo, de forma efetiva, gerar uma aproximação ideológica-cultural com os países ao Sul. Assim, a criação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* vai fazer com que a política externa estadunidense integre o fator cultural-propagandístico de forma muito mais profunda (MOURA, 1988; TOTA, 2000).

O objetivo do birô era a aproximação dos países latinos com os Estados Unidos, e ele vai operar para isso, buscando promover a ajuda econômica para o desenvolvimento da região e as trocas culturais. Ele foi planejado para atuar em quatro áreas: cultural, de comunicação, comercial e a área de saúde. Para a aproximação cultural e ideológica, o discurso pregado vai ser a defesa do Ocidente, da América, retomando a ideia do pan-americanismo. Os meios utilizados vão ser o rádio, o cinema, a imprensa, a propaganda, entre outros fatores. Nos anos da Segunda Guerra Mundial, vão ser oferecidas ao Brasil, ajudas financeiras, a busca pelo desenvolvimento, nas áreas sanitárias, econômicas, de educação, em troca do apoio aos Estados Unidos (MOURA, 1988).

Na área do cinema, o Brasil vai receber grandes nomes de Hollywood, como Walt Disney, que visitam o país, buscando material para produção de seus filmes. As imagens construídas nos filmes, vão buscar colocar os dois países como amigos e aliados. O intuito era colocar projeções que fossem do agrado dos brasileiros (e latinoamericanos), podendo alcançar uma base de pessoas com educação formal menor, e apresentando (e propagando, para imitação) o estilo de vida americano (MOURA, 1988).

Um dos clássicos do cinema dessa época, foi o “Alô, amigos”, da Disney. Esse curta-metragem contou com a participação do Pato Donald, clássica figura americana, e com a construção do papagaio Zé Carioca, representando o Brasil, incorporando características tipicamente brasileiras, assim, Zé Carioca é extremamente amigável e rapidamente cria uma relação com o personagem americano, levando-a conhecer os cenários brasileiros (MOURA, 1988).

Com a imprensa, ocorria a troca de notícias e informações de ambos os países nos jornais e revistas. No Brasil, publicações sobre os Estados Unidos eram espalhadas por diversos meios de comunicação (sempre apresentando uma boa imagem do país), e algumas notícias sobre o Brasil também eram distribuídas no exterior. A entrega de folhetos com propagandas contra a Alemanha, a visita de jornalistas e a publicação de notícias americanas no Brasil, foram grande parte da ofensiva propagandística estadunidense, no contexto do birô (MOURA, 1988).

E ainda, o rádio. Esse foi feito através dos locutores e radialistas do próprio país. O *Office*, redigia os programas, mas esses eram feitos pelas estações de rádio brasileiras, para que não parecesse uma infiltração americana, ou seja, para que

não parecesse um programa estadunidense visando à propagação ideológica. Eram feitas locuções sobre a guerra, expondo a opinião (favorável, obviamente) dos brasileiros sobre a participação americana no conflito, sobre questões triviais, como música e esportes, e também programas que gerassem conhecimento à respeito do *american way of life* (MOURA, 1988).

Os meios de propagação cultural midiáticos, tinham de atuar em conjunto com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Vargas. Visto desde 1938, com a nomeação de Aranha para chanceler, uma aproximação entre os dois países, o departamento varguista atuou em conjunto, com os objetivos americanos. Com a política do birô, recebendo a ajuda americana que havia buscado nos anos anteriores, o DIP permite, e contribui com os programas estadunidenses (MOURA, 1988).

Esses interesses de Vargas, em muito estão relacionados com o desenvolvimento da siderurgia e da indústria. Inicialmente, os Estados Unidos não visavam colaborar com a indústria brasileira, ao contrário, queriam um desenvolvimento econômico do país apenas para que este continuasse sendo seu mercado consumidor. O país norte-americano vai considerar alguns interesses do Brasil referentes à indústria por conta da expansão alemã na região, e pela indecisão de Vargas. O apoio brasileiro seria fundamental, pelo interesse americano em ocupar o ponto estratégico para a guerra, que era o Nordeste, e pela influência alemã no país. Assim, quando oferecido o apoio financeiro à construção de Volta Redonda (siderurgia nacional), houve a retribuição brasileira, com a permissão e colaboração nas propagandas americanas. Em 1942, os Estados Unidos concederam US\$100 milhões ao Brasil. Esse montante, todavia, deveria ser usado com supervisão estadunidense, de modo que convergisse com os interesses do país (MOURA, 1988).

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA POLÍTICA DE BOA-VIZINHANÇA

O projeto da Boa-Vizinhança rendeu diversos frutos para os Estados Unidos. A política empregada por Washington foi sendo adaptada durante os anos em que vigorou (1933-1945), se tornando cada vez mais abrangente, e mais eficaz, ao instaurar os ideais americanos, e alcançando a simpatia latina a respeito do modo de vida dos norte-americanos. No Brasil mesmo, para alcançar tanto as massas populares quanto as elites, o governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) atuou em várias linhas, seja através dos meios midiáticos (como rádios, programas de televisão, revistas, jornais), como também uma aproximação com as elites, onde figuras norte-americanas marcavam presença em eventos brasileiros da alta sociedade (LOCASTRE, 2022).

Dessa forma, o projeto de americanização do Brasil foi sendo moldado e adaptado, para maximizar os resultados esperados. Essa política atinge vários âmbitos da sociedade, trazendo a entrada de produtos americanos, de pessoas, de ideais etc. É, porém, a cultura uma das grandes áreas impactadas, na qual é visto, ao decorrer dos anos, uma incorporação da cultura americana (o *american way of life*) no Brasil, de forma sutil, como visto anteriormente (LOCASTRE, 2022).

Ao longo dessa política, o governo estadunidense buscou atuar de forma abrangente, que trouxesse a maior gama de possibilidades para que se fossem alcançados seus ideais políticos. Assim, ao longo dos anos nos quais a Política de Boa-Vizinhança perdurou, buscou-se construir uma imagem dos latino-americanos mais positiva dentro dos Estados Unidos, para validar as atitudes do então presidente Roosevelt (1933-1945) internamente, e também como parte do prometido intercâmbio cultural, era apresentado nos filmes e documentários, a cultura brasileira. E na esfera internacional, a presença midiática e propagandística de alta qualidade garantia a aproximação com as massas, gerando um sentimento de similaridade com os norte-americanos, que buscava gerar uma ideia de pertencimento, onde os povos se identificariam todos como cidadãos do mesmo continente (BARBOSA, 2014; LOCASTRE, 2022).

Com o início (em 1939) e posterior avanço da Segunda Guerra Mundial, a preocupação norte-americana com o continente se estreitou. Através das revistas, da televisão e do rádio, se mostrava o Eixo (grupo da guerra do qual a Alemanha fazia parte) como o inimigo, aquele que ameaçava a paz, de forma que os povos

americanos deveriam estar unidos contra o perigo do nazi-fascismo. Os materiais gerados para os diferentes objetivos da Política de Boa-Vizinhança eram traduzidos para as línguas faladas no continente, de forma a alcançar a América Latina como um todo. Se transmitia, assim, a defesa da liberdade, da democracia, um apreço pelo trabalho constante e focado que permitia, como recompensa o consumo. Em resumo, o *american way of life*, um ideal a ser seguido e admirado (LOCASTRE, 2022; TOTA, 2000).

3.1. *Jogo de dois níveis: âmbito doméstico*

Quando se fala de análise de política externa, deve-se levar em conta as influências internacionais, e também, as domésticas. Esse estudo se chama Jogo de Dois Níveis (*Two-Level Games*), trabalhado por Putnam (2017). Ele explica que, uma política externa é formulada levando dois níveis em consideração, o interno e o externo. Ambos são determinantes para o modo como uma política vai ser formulada e executada.

Um governante, ao buscar formular e aplicar uma política externa, depende amplamente da aceitação de tal política por parte dos níveis domésticos e estrangeiros. Daí vem o “Jogo de Dois Níveis”, onde o nível I diz respeito ao internacional, e o nível II, o interno. Tal líder, enfrenta negociações de ambos os lados, pois no nível I, ele se reúne com os líderes estrangeiros de outros países, que fazem suas demandas, e no nível II, ele enfrenta os outros políticos, os diferentes grupos de interesse etc, de seu país. Nesse último nível, a capacidade de atuação do líder vai variar, a depender se os grupos de interesse são homogêneos ou heterogêneos (grupos com objetivos muito diferentes), e ainda, se as estruturas e instituições nacionais são fortes, e dependem de aprovações em votações, ou se há maior espaço de manobra para o agente tomar decisões independentes. Assim, o governante está a todo momento enfrentando essa dualidade, e buscando convergir os interesses, para poder realizar a sua política externa intencionada. (PUTNAM, 2017).

Dessa forma, as políticas de um governante são impactadas pelos dois níveis, pois a adoção de políticas internacionais, dependem da aceitação da mesma, internamente. Não será viável aceitar uma negociação, nem possível assinar um

tratado, se estiver em desacordo com as vontades das coalizões mais poderosas daquele país. Isso explica porque os setores, partidos, grupos e preferências internas mais dominantes, pressionam o chefe de Estado (ou os formuladores da política externa) a buscar medidas internacionais que vão de acordo com suas vontades. Por outro lado, todavia, o setor internacional também realiza pressões sobre esse governante, o qual pode levar essas demandas para seu país, buscando justificar suas ações e políticas internacionais, perante seus conterrâneos. Os principais *players*, as potências, os países aliados etc, fazem pressão para que suas políticas sejam aceitas. Por isso, é um jogo de dois níveis, no qual há uma busca por equilibrar as pressões de ambos os lados, visando o melhor resultado, defendido pelo formulador da política externa (PUTNAM, 2017).

É importante entender que, ambos os níveis têm de ser cautelosamente atendidos, pois internamente, o líder precisa ser validado, e como em muitos casos, depende de eleições para se manter no cargo, precisa dessa aceitação interna. Além de que, para aprovar suas medidas, há uma importância nas alianças com as coalizões internas mais poderosas. E no nível externo, um país depende das relações com os demais Estados para conseguir a busca do seu objetivo nacional (PUTNAM, 2017).

Tendo isso em mente, é possível fazer a análise da Política de Boa-Vizinhança do governo de Franklin Roosevelt. A começar pelo âmbito doméstico, como visto, o início da Boa-Vizinhança, estava muito alinhada com a necessidade de recuperação econômica estadunidense no pós-crise de 1929. Isso porque, os setores econômicos internos passavam por momentos de restrição econômica. Sendo o mercado latino-americano, um mercado, ao mesmo tempo consumidor de seus produtos, e também, fornecedor de insumos, não seria interessante haver uma perda de aliança entre Estados Unidos e América Latina. (MOURA, 1988; ROSSINI, 2013; TOTA, 2000).

E alguns anos depois, com o início da Segunda Guerra Mundial, e a participação americana no conflito, também se buscou incorporar empresas e produtos norte-americanos na região latina. Isso acontece, também e principalmente, pois foi com o avanço das forças alemãs durante a guerra, no continente europeu, que a América Latina passou a ser uma região ainda mais relevante. Dessa forma, a americanização econômica e cultural do Brasil (e de todo o continente), é fortemente notada (TOTA, 2000).

Com a guerra cada vez mais intensa, os produtos da região latina ficariam prejudicados, pois os países europeus não mais estavam com poder de compra para isso, destinando seus recursos à guerra. Esse fator gera uma preocupação que uma crise possa se instaurar nos países do continente americano, de forma que os Estados Unidos concedem um empréstimo de mais de US\$700 milhões. Além disso, materiais e recursos estratégicos da América Latina seriam comprados e incorporados nas fábricas norte-americanas, a fim de que, através da 'solidariedade' estadunidense, a situação econômica na região não se debilitasse, mantendo assim as forças nazistas expulsas. Isso, porém, diz respeito às forças econômicas empreendidas pelos EUA para continuar a sua política de "Bom-Vizinho", que garantiria a plena adoção do *american way of life* pelos seus vizinhos. É importante, porém, entender como se deu a americanização no aspecto econômico (TOTA, 2000).

Durante os anos de guerra, a indústria norte-americana estava fortemente focada em produzir materiais para a guerra, de forma que parte dos produtos estadunidenses não estavam sendo produzidos à plena capacidade. Por isso, a estratégia do governo Roosevelt (1933-1945) foi a de investir em altas propagandas de seus produtos, para que uma vez de volta à produção, fossem facilmente adquiridos. Através das revistas, por exemplo, se mostrava o empenho em produzir para ganhar a guerra, mas com a promessa de que uma vez acabada, todo tipo de produtos seriam produzidos pela mesma empresa, e estariam à disposição para compra. De 1942 a 1945, o valor gasto em propagandas passou de US\$4 milhões para US\$20. Assim, indústrias que antes produziam, por exemplo, eletrodomésticos, e outros tipos de bens, estavam agora focadas em produzir armamentos bélicos, e todo tipo de materiais necessários à guerra. Mas apesar de não estarem produzindo e exportando os seus produtos principais, as propagandas já deixavam uma imagem consolidada, e uma vez retornado à produção, o mercado brasileiro já estaria assegurado (TOTA, 2000).

Algumas empresas, todavia, como a Coca-Cola e a Kibon, chegaram ao Brasil ainda antes do final da guerra, e começaram a vender seus produtos aqui (ambas foram em 1942). A primeira sendo voltada ao ramo das bebidas, e a segunda ao de sorvetes, foram responsáveis pela alteração de alguns padrões de consumo tradicionalmente brasileiros. Afinal, antes se consumia os sucos e sorvetes locais, derivados das frutas, características do país, e assim, com a chegada dessas

duas marcas, com a intensa propaganda, e com toda a política de americanização, isso se alterou. Se buscou consumir os produtos característicos estadunidenses, representantes do *american way of life*, em detrimento do que antes se consumia. (MOURA, 1988; TOTA, 2000).

Moura (1988) explicita que a penetração dos produtos americanos no Brasil foi sendo algo cada vez mais recorrente, sendo perceptível a troca dos produtos brasileiros pelos estadunidenses, pela troca da cultura, pela absorção do modo de vida norte-americano, em diversos sentidos. O autor diz:

“Foi nesse contexto que os brasileiros aprenderam a substituir os sucos de frutas tropicais onipresentes à mesa por uma bebida de gosto estranho e artificial chamada coca-cola. Começaram também a trocar os sorvetes feitos em pequenas sorveterias por um sucedâneo industrial chamado kibon, produzido por uma companhia que se deslocara às pressas da Ásia, por efeito da guerra. Aprenderam a mascar uma goma elástica chamada chiclets e começaram a usar palavras novas que foram se incorporando à sua língua falada e escrita. Passaram a ouvir o fox trot, o jazz, o boogie-woogie entre outros ritmos e começaram a ver muito mais filmes produzidos em Hollywood. Passaram a voar nas asas da Panair (Pan American), deixando para trás os "aeroplanos" da Lati e da Condor.” (MOURA, 1988, pg.3).

A partir dessa citação acima, é possível entender a americanização do Brasil nos termos econômicos. As fontes naturais eram utilizadas pela indústria norte-americana, como material estratégico, e para passar a impressão de Boa-Vizinhança, os meios propagandísticos faziam questão de evidenciar que os recursos brasileiros (latinos, no geral), eram parte importante do processo de industrialização. Todavia, o que se passa a vigorar no mercado interno brasileiro, são os produtos finais norte-americanos. E não apenas penetram, como substituem os bens culturalmente brasileiros. Há uma troca, uma substituição de um modo de consumir, de produzir economicamente, culturalmente brasileiro, por um que é estadunidense. A aproximação amigável permite aos EUA adentrarem o mercado latino de uma forma muito facilitada, e cumprindo o objetivo da Política de Boa-Vizinhança, de fazer parecer natural e como sendo uma integração interamericana (MOURA, 1988; TOTA, 2000).

O processo econômico explicado acima é uma parte da americanização brasileira, sendo estritamente ligado ao processo de americanização cultural. Os hábitos do povo brasileiro passaram, cada vez mais, a ser parecidos com os norte-americanos. A Política de Boa-Vizinhança obteve êxito em criar uma admiração pelo *american way of life*, e uma vontade de imitar e vivenciar o mesmo estilo de vida (SAMPAIO, 2011).

Os filmes de Hollywood, as músicas e os produtos tipicamente estadunidenses, começaram a penetrar cada vez mais a sociedade brasileira. Os dois primeiros, ou substituíram as produções nacionais, ou fizeram com que quando fossem produzidos filmes e músicas brasileiras, essas fossem altamente inspiradas nos padrões dos Estados Unidos, alterando o modo de criar, artisticamente. As gírias e falas, também sofreram alterações. Muitos termos foram americanizados, ou seja, palavras e frases em inglês se tornaram altamente utilizadas, como se fizessem parte do vocabulário brasileiro naturalmente. Como exemplo se têm a presença de redes de restaurante *fast food*, onde os pedidos são feitos no *drive-thru*, e os cardápios são repletos de nomes de alimentos americanos, como o próprio *milkshake*. E apesar de todos esses termos serem em inglês, eles são amplamente compreendidos, e parte do cotidiano brasileiro (SAMPAIO, 2011).

Ainda um outro ponto, um nome importante, já mencionado, Nelson Rockefeller, foi um importante empresário que, contribuiu financeiramente com o governo de Franklin Roosevelt (1933-1945), visto que sua empresa estava presente na América Latina. Dessa forma, a popularidade, aceitação e reeleição do presidente Roosevelt, dependeu, em diversos momentos, dessas coalizões e elites econômicas, no nível II (doméstico). Sua política externa de Boa-Vizinhança, de aproximação com a América Latina, foi possível pois era de interesse de tais grupos. Eles visavam uma perpetuação dessa relação com a América Latina, e por isso, o governo Roosevelt se validava internamente quando empreendia esforços e gastos para com a América Latina (PUTNAM, 2017; TOTA, 2000).

3.2. Jogo de dois níveis: âmbito internacional

Quando se fala do início da Política de Boa-Vizinhança, tal política externa é formulada pela pressão internacional que ocorre no nível I. Afinal, as invasões

armadas que vinham ocorrendo na América Latina passaram, cada vez mais, a ser altamente mal vistas pelos países da região, que começaram um movimento de antiamericanismo. Com isso, a posição internacional pelo fim das políticas externas que vinham ocorrendo antes, é um fator que gera pressão no governo de Franklin Roosevelt, o qual, para se manter internacionalmente, como ator importante, estabelece uma nova forma de política externa, divergindo de seus antecessores. O que se vê é uma convergência dos interesses dos dois níveis, para adotar a Boa-Vizinhança. Afinal, o nível I (internacional) se mostra intolerante ao modo de interação que vinha ocorrendo. A América Latina não mais permite uma relação com os Estados Unidos, que seja intervencionista, por parte deles. O país norte-americano, por outro lado, no nível II (interno), não aceita perder esse laço importante com a região, de forma que as coalizões vão apoiar uma relação internacional, com os latinos, que continue atendendo seus interesses domésticos. O presidente, e os formuladores da política externa, convergem, assim as pressões dos dois níveis, ao criarem a Política de Boa-Vizinhança (BASTOS, 2015; PUTNAM, 2017; VALDÉS, 1997)

Foi assim que, uma política altamente pensada pelo governo de Roosevelt (1933-1945), em parceria com o governo de Vargas (que conseguiu negociar uma entrada maciça norte-americana, em troca de incentivo e financiamento aos ideais brasileiros, como a siderurgia, o treinamento militar etc) resultou em uma americanização econômico-cultural do Brasil. E é importante citar que, essa política foi o começo, o que abriu as portas para a construção dessa relação, visto que dali em diante, o estilo de vida, de consumo e padrão estadunidense, integraram a sociedade brasileira (SAMPAIO, 2011).

Após entendido os conceitos explicados no primeiro capítulo, e todos os pontos mencionados sobre Política de Boa-Vizinhança, é possível fazer uma análise, sob a ótica das Relações Internacionais.

A Política de Boa-Vizinhança foi a política externa implementada pelos Estados Unidos entre 1933-1945, para com a América Latina. Como visto, uma política externa é a busca do interesse nacional de um país, levando em conta a realidade externa e interna de um país em um dado momento histórico, e ela tem de ser adaptada conforme as realidades vão se alterando (FIGUEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2017). Quando se vê o caso dos Estados Unidos, no começo do século passado, as políticas eram mais notoriamente de caráter intervencionista (haja vista o *Big Stick* e

a Diplomacia do Dólar). A partir de Wilson (em 1913), esse caráter começa a mudar, e com a chegada de Franklin Roosevelt em 1933, a política externa norte-americana assume uma nova cara (BASTOS, 2015; SARAIVA, 2008).

Dado isso, se vê que, a política externa estadunidense para com a América Latina, seguiu sendo a mesma: a busca por mantê-la como sua zona de influência, de forma que, o interesse nacional, perdura. A realidade, porém, altera-se, quando os países latino-americanos desenvolvem o sentimento de antiamericanismo (BASTOS, 2015). Além desse ponto, como explicado por Oliveira (2017), a mudança de governantes também pode alterar métodos. Com isso, se entende como a mudança do cenário internacional (tanto dentro da América Latina quanto a ascensão da Alemanha nazista e seu interesse na região) (BASTOS, 2015) acarretaram na alteração da política externa dos Estados Unidos, mas sempre a busca pelo interesse nacional (perpetuar seu poder sob a América Latina), se manteve ao longo dos anos.

Além disso, se leva em conta a percepção da realidade, a intenção, execução e resultados (HERZ, 1994; OLIVEIRA, 2017). A percepção da realidade norte-americana é a de uma América Latina hostil aos Estados Unidos, um sistema internacional em crise econômica (crise de 1929), um clima político instável, que ameaçava a ordem mundial, e que podia acarretar (como de fato ocorreu) em uma guerra (BASTOS, 2015). Isso levou o novo presidente americano, Roosevelt, em 1933, a adotar uma nova forma de política externa: a Política de Boa-Vizinhança. Os objetivos intencionados eram o estreitamento de laços econômicos e políticos, a perpetuação da zona de influência, e posteriormente o apoio na guerra (GALDIOLI, 2008). Os resultados, como vistos no fim da guerra em 1945, demonstraram o êxito da aplicação da política externa de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945).

A eficácia dessa política está intrinsecamente ligada ao poder, pois como visto, uma política externa depende da projeção de poder que um Estado tem (FIGUEIRA, 2017), considerando que poder é a capacidade de alterar o comportamento dos outros agentes, para que esses atuem de modo a corroborar com os objetivos esperados por um ator (MORGENTHAU, 2003; NYE 2002). O ponto aqui a ser analisado, é a utilização da forma de *soft power* pelos Estados Unidos, durante a Política de Boa-Vizinhança. Isso pois, tendo se utilizado majoritariamente de forças militares intervencionistas (*hard power*), no começo do século passado, a utilização de uma outra forma de poder se fez necessária, na

nova política externa, o *soft power*. Prenunciado por Wilson (1913-1921), com a defesa dos valores norte-americanos, Franklin Roosevelt (1933-1945) vai basear sua política externa (para com a América Latina) no conceito da persuasão, se utilizando, assim, do *soft power*.

Além disso, as políticas realizadas pelos países na arena internacional podem ter um discurso mas objetivos ocultos (MORGENTHAU, 2003). Assim, é possível correlacionar essa ideia com o *soft power*. Afinal, a defesa de um intercâmbio cultural, da perpetuação da Doutrina Monroe e da defesa da união no continente americano, demonstrava por trás, uma política que na realidade objetivava uma sobreposição do poder estadunidense, em detrimento das forças de outros Estados (BASTOS, 2015). E para isso, foi necessário o uso do *soft power*, de forma que, a utilização da cultura, foi o fator principal dessa política externa.

Com isso, adentra-se a dimensão de influência que a cultura possui. Além dela ter um apelo mais “amigável” e menos invasivo, ela é eficaz em aproximar as pessoas pelo grau de identificação que existe entre os povos de duas nações (NYE, 2004). Esse é um dos fatos muito explorados pelos Estados Unidos entre 1933 e 1945. Além do apelo à uma América Unida, o incentivo ao intercâmbio cultural entre os países, a construção de filmes (como o próprio caso do “Alô, Amigos”) que representassem uma amizade e similaridade entre as diferentes culturas latino-americanas, foi fator determinante para aproximar os países, gerando essa identificação, e assim, a partir desse contato de aproximação, que se foi possível a propagação do *american way of life*. Uma vez que o estilo de vida americano adentrou, os padrões de comportamento começaram a ser imitados, levando à entrada de produtos de todo tipo, dos Estados Unidos, e mais, das ideologias e princípios norte-americanos (MOURA, 1988). A política externa norte-americana, a Boa-Vizinhança, através do emprego do *soft power* pela via cultural, cumpre o seu objetivo, ao manter a América Latina sob sua influência, ao perpetuar um mercado econômico consumidor e ao expulsar as forças nazistas da região.

3.3. O fim da Política de Boa-Vizinhança

Em 1942, quando o Brasil oficialmente toma o partido dos Estados Unidos na guerra, e declara como inimigos o lado alemão, há internamente, uma expectativa

de que passado os momentos conturbados no cenário internacional (causados pelo conflito), o país sul-americano pudesse obter mais prestígio e participação no sistema internacional. Tendo estreitado os laços com os norte-americanos e adquirido um poder de barganha, gerou-se uma esperança de um maior poder do Brasil, que agora era protegido pela grande potência estadunidense. O que acontece em realidade, é um certo descaso no pós Segunda Guerra Mundial. Com isso, o Brasil acaba sendo relegado a um papel secundário.

Desde o começo do século passado, os Estados Unidos empreenderam forças (seja à época do *Big Stick*, como na própria Política de Boa-Vizinhança) para manter a região latina sob sua influência. Com a americanização que foi realizada, esse ideal finalmente tinha sido concretizado, e agora que os princípios, os valores, os hábitos, os produtos etc percorriam livre e naturalmente pela região, o poder norte-americano estava mais assegurado no período pós-guerra. Além disso, por ter gerado esse sentimento de amizade e identificação das nações latino-americanas, as ideias que os Estados Unidos passassem a defender, seriam facilmente, e quase que organizadamente imitadas. No Brasil, por exemplo, as elites comprariam as ideias que a nação norte-americana adotasse, sem haver necessidade de ser feita uma política para isso, afinal, já havia identificação com os Estados Unidos, graças à Boa-Vizinhança. (GALDIOLI, 2008; MOURA, 1988; TOTA, 2000).

Com o fim do conflito, a preocupação de penetração dos princípios alemães no continente americano, diminui drasticamente. Derrotados na guerra, as forças e ideais totalitaristas do Eixo não mais configuram uma ameaça iminente, de forma que não mais havia necessidade, por parte dos Estados Unidos, de empreender uma política tão focada (que demandava gastos financeiros) para assegurar uma supremacia sobre o resto do continente. Ela já estava garantida. Com todo o empenho da Boa Vizinhança nos anos anteriores, a América Latina já se configurava como zona de influência estadunidense consolidada, e a americanização, não só já estava realizada, como continuaria, naturalmente, nos anos seguintes. Não havia necessidade de manter uma política tão intencional e direcionada, os esforços já garantiam uma simpatia dos latinos com os Estados Unidos, e o *american way of life* já era uma ideia atraente, a ser buscada e seguida (GALDIOLI, 2008; TOTA, 2000).

A partir de 1945, com o fim da guerra, se iniciava o período da Guerra Fria, o perigo do comunismo e a ascensão da União Soviética. Dessa forma, os Estados Unidos agora buscavam oferecer ajuda à Europa, em sua reconstrução econômica

pós guerra, e a sua política externa estaria se voltando à região asiática. Era uma localidade que ainda não se enquadrava como segura para os ideais norte-americanos, pois ali havia perigo do comunismo se expandir. Com isso, há uma mudança no foco da política externa estadunidense, e o Brasil, juntamente com a América Latina saem do foco dos Estados Unidos, por alguns anos, pois a ameaça nos outros países, como a China e a Coréia, eram maiores. A potência capitalista precisava se manter como tal, e para isso, deveria empreender esforços em diferentes localidades, onde seus ideais pudessem ser ameaçados (TOTA, 2000).

Por isso, no pós-guerra, se vê uma perda do poder de negociação do Brasil, afinal, não havia mais necessidade de empreender recursos se o objetivo já havia sido conquistado. O governo brasileiro tenta relembrar todo o apoio concedido, como a concessão das bases no nordeste brasileiro e o apoio durante a guerra, para tentar manter a sua importância, e assegurar uma relevância e um papel no sistema internacional, mas agora, os Estados Unidos lutavam contra outras forças, a do comunismo. Saindo de cena o perigo do nazi-fascismo, agora, em um momento de início de Guerra Fria, haveria o embate ideológico entre o capitalismo (Estados Unidos) e o socialismo (União Soviética). Por isso, a hegemonia norte-americana, se preocuparia em concentrar seus esforços em outras regiões e para o Brasil, isso significa ficar relegado ao segundo plano, não alcançando o papel de participante mais ativo no sistema internacional, que tanto desejava, sem poder de barganha. Em 1946, o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* tem suas atividades e atuação finalizadas, já não mais havia necessidade para esse escritório na agenda estadunidense. É o fim da era da Boa-Vizinhança (GALDIOLI, 2008; TOTA, 2000).

CONCLUSÃO

A americanização econômico-cultural do Brasil foi um processo complexo, resultado de uma política que perdurou de 1933 a 1945, e foi feita em um momento extremamente estratégico. Essa política foi possível graças à capacidade dos Estados Unidos de se reinventar, através de todo o poder que possuía, já naquela época, e sua projeção e influência prévia na região. Isso fez com que, apesar de ser um momento no qual a América Latina tinha tendências antiamericanistas, a mudança de discurso foi uma manobra possível, tendo em vista que os Estados Unidos já se configurava como o ator com mais poder e capacidade nessa relação.

O trabalho buscou explicar, através de conceitos e contexto histórico, como a política externa estadunidense foi altamente pensada e desenvolvida, para gerar uma americanização do Brasil (no contexto de americanização da América Latina como um todo), para garantir não apenas alinhamento político em consonância com os Estados Unidos, mas também para garantir um alinhamento econômico, que se tornou quase que automático após o encerramento da política, em 1945. Com isso, foi assegurado um mercado importantíssimo, a manutenção de uma zona de influência e alinhamento político durante a Segunda Guerra Mundial, que reforçaram a força internacional da nação norte-americana.

Para isso, foi visto no primeiro capítulo que poder nas relações internacionais se configura como a capacidade de alterar o comportamento de terceiros à seu favor, e que nas relações de poder existem os agentes que influenciam, e os influenciados. Para além disso, foi visto a definição de *hard* e *soft* power, que são importantes para o estudo da Política de Boa-Vizinhança. O primeiro se referindo à coerção, e o segundo à persuasão, são importantes para entender como a política norte-americana precisou se valer do *soft power* para atingir seus objetivos, além do *hard power* que vinha sendo empregado. Entendido esses dois conceitos, foi possível explicar como a cultura pode ser utilizada como uma forma de poder, através do poder brando, pois ela tem sutilezas e permite aproximação entre os povos, de forma que políticas tradicionais não seriam possíveis.

Ainda, uma política externa foi definida como a forma pela qual um país busca seus interesses nacionais, no cenário internacional, analisando necessidades

domésticas de acordo com as alternativas internacionais, e tendo o seu êxito e alcance condicionado pelo seu poder. Assim, a política externa dos Estados Unidos naquela época, se valeu muito do poder brando, principalmente da aproximação cultural, para alcançar seus interesses nacionais. Isso foi feito, dentro da política externa, através da diplomacia cultural, que é um braço da política externa, e uma das formas pela qual ela é realizada.

O segundo capítulo explica como os Estados Unidos tiveram um histórico de invasão armada na América Latina, que resultou em um forte sentimento de rejeição às políticas estadunidenses, especialmente pela ascensão de um nacionalismo latino-americano, e como isso afetava os interesses dos norte-americanos na região. O mercado desses países era vital para uma recuperação, e perpetuação dos Estados Unidos como potência econômica, e também, um sentimento de aversão afastaria esses países da zona de influência norte-americana. Ainda, a aproximação com as forças nazistas oferecia um risco de adentramento de ideologias alemãs no continente, em um momento no qual a nação estadunidense era rival do bloco alemão.

Influenciada por objetivos políticos e econômicos, a Política de Boa-Vizinhança foi realizada. Através dos meios midiáticos, de propagandas, intercâmbios culturais etc, durante os anos dessa política, o estilo de vida estadunidense foi sendo difundido e adotado no Brasil. É verdade, também, que o Estado brasileiro na figura de Getúlio Vargas soube buscar as melhores ofertas e possibilidades, se alinhando mediante à ajuda que beneficiasse os interesses nacionais do Brasil também. Foi um momento no qual, o presidente brasileiro, e a política externa brasileira de Equidistância Pragmática, asseguraram a mediação de investimentos e ajuda internacional, em troca da presença cultural e midiática dos Estados Unidos no Brasil.

Por fim, na última parte do trabalho foi realizada a análise da política externa através do Jogo de Dois Níveis. Foi visto as pressões internas e externas, onde no nível doméstico dos Estados Unidos havia uma busca por recuperação e crescimento econômico, que dependiam do mercado latino-americano, e no lado das pressões internacionais, se via uma demanda pelo encerramento das invasões armadas. Com isso, a Política de Boa-Vizinhança foi formulada, levando em conta os dois níveis, de modo que Franklin Roosevelt buscou, através de sua política externa,

ser aceito (e reeleito) internamente, e no âmbito externo, boas relações que possibilitaram o alcance dos interesses nacionais estadunidenses.

Dessa forma, foi possível entender como se deu a americanização econômico-cultural do Brasil, a partir de 1933, confirmando a hipótese formulada inicialmente. E apesar de o presidente brasileiro na época ter conseguido buscar os interesses nacionais do país, através da liberação da presença norte-americana, a americanização que ocorreu durante, e se perpetuou após, foi sem precedentes e perdura até a atualidade. É notório que houve investimento por parte dos Estados Unidos, e que Vargas conseguiu realizar objetivos nacionais, através de sua barganha. Porém com o fim da política, o que se viu, foi o fim dessa capacidade, e a falta de espaço do Brasil no cenário internacional. Após a Boa-Vizinhança, o Brasil não tinha grande papel no sistema, não possuía mais capacidade de negociar com os Estados Unidos (como antes) e estava agora inundado de produtos e comportamentos estadunidenses, em grande parte, em detrimento de seus próprios. Durante os anos dessa política, quando havia uma grande preocupação norte-americana com a América Latina, o Brasil conseguiu alcançar certos objetivos nacionais. Mas essa barganha foi por período limitado. A americanização, porém, não. Conquistada durante esses anos, após o fim da política externa dos Estados Unidos, a difusão da cultura estadunidense perdurou quase que automaticamente, sem necessidade da potência continuar empreendendo grandes esforços. O *american way of life* já fazia parte do Brasil, e a americanização já estava enraizada.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Jaqueline Ganzert. O American Way of Life na reconstrução da Europa no pós-guerra. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 18, p. 218-252, 2015. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/1183>>. Acesso em: 26 Jul. 2024.

BAMMANN, Kellen. **Americanização no Brasil e na Alemanha: uma proposta de interpretação através dos grupos de pressão de O Cruzeiro e Der Spiegel (1947-1952)**. 2011. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/3913>>. Acesso em: 28 Set. 2023.

BARBA, Fabiola Rodríguez. Diplomacia cultural. ¿Qué es y qué no es?. **Espacios públicos**, v. 18, n. 43, p. 33-49, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/676/67642415002.pdf>>. Acesso em: 23 Maio 2024.

BARBOSA, Priscila Faulhaber; TIBAU, Fernanda Borges. Cinema documentário, política de boa vizinhança e a construção de uma imagem do Brasil na década de 1940. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 9, p. 199-216, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/T65FNhqLSvpZ77GsK6mCfDP/>>. Acesso em: 14 Ago. 2024.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Da Diplomacia do Dólar à Diplomacia da Boa Vizinhança: continuidades e diferenças na política dos Estados Unidos para a América Latina (1898-1933). **Nova Economia**, v. 25, p. 59-80, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/DzwYzpj4C36Z467y8RTvrYk/>>. Acesso em: 22 Fev. 2024.

BERNARDO, Jadson da Silva. O fim “melancólico” da “república do café com leite”(1922-1930). **Das Amazônias**, v. 2, n. 1, p. 17-30, 2019. Disponível em: <<https://teste-periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3065>>. Acesso em: 01 Ago. 2024.

COX, Robert. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Ed. Stephen Gill. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

DE BRITO MEYER, Rosa Marina. **Humor contrastivo–Brasil e Alemanha: análise de séries televisivas de uma perspectiva intercultural**. 2012. Tese de Doutorado. PUC-Rio. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=20657@1>>. Acesso em: 04 Abr. 2024.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa-Vol. 1**. Saraiva Educação SA, 2017.

GALDIOLI, Andreza da Silva. GALDIOLI, Andreza da Silva. **A cultura norte-americana como um instrumento do soft power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a política de boa vizinhança**. 2008. 147 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2008. Disponível: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96282>>. Acesso em: 29 Fev 2024.

GOMES, Aline Burni Pereira. Percepções, imagens e diplomacia cultural: algumas considerações sobre o caso brasileiro. **Revista Estudos Políticos**, v. 6, n. 12, p. 443-465, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39801>. Acesso em: 05 Abr. 2024.

HERZ, Monica. Análise cognitiva e política externa. **Contexto internacional**, v. 16, n. 1, p. 75, 1994. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/80045b40fddeb3e5787d382b48f3bece/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1936339>>. Acesso em: 24 Maio 2024.

JESUS, Carla Assunção Mesquita de. **A cultura como ferramenta da diplomacia: perspectivas brasileiras**. 2019. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/24922>>. Acesso em: 05 Abr. 2024.

JUNIOR, Gelson Fonseca. **Política Externa Brasileira: História e Historiografia**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2023.

LOBO, Helio. **O pan-americanismo e o Brasil**. Brasileira, 1939.

LOCASTRE, Aline Vanessa. A política da boa vizinhança e a mensuração da opinião pública nas Américas durante a Segunda Guerra Mundial. **Maracanan**, n. 30, p. 203-222, 2022. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/64712>>. Acesso em: 14 Ago. 2024.

LOPES, Juliano Alves. Estado e Identidade Nacional: Análise Histórica e Perspectivas para o Século XXI. **Revista de Teorias e Filosofias do Estado**, v. 2, n. 1, p. 53-69, 2016. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/revistateoriasfilosofias/article/view/1143>>. Acesso em: 02 Maio 2024.

MORAES, Isaias Albertin de. **A Política Externa de Boa Vizinhança dos Estados Unidos para América Latina no contexto da Segunda Guerra Mundial**. 2008. 50 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/1110>> . Acesso em: 22 Fev. 2024.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. Unesp, 2002.

NYE, Joseph S. **Soft power: The means to success in world politics**. Public affairs, 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. Saraiva Educação SA, 2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Editora Vozes Limitada, 2019.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. In: **International organization**. Routledge, 2017. p. 437-470. Disponível em: <<https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315251981-16/diplomacy-domestic-politics-logic-two-level-games-robert-putnam>>. Acesso em: 20 Set. 2024.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1989.

ROSSINI, G. A. A.. **Crise de 1929**. In: Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. (Org.). **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro CPDOC - FGV**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV - CPDOC, 2013, v. , p. 30-, Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRISE%20DE%201929.pdf>>. Acesso em: 29 Jul. 2024.

SAMPAIO, Daniela Ferreira Coelho. **Estratégias e efeitos da política da boa vizinhança no Brasil**. 2011. 45 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2408/1/2011_DanielaFerreiraCoelhoSampaio.pdf>. Acesso em: 15 Ago. 2024.

SARAIVA, José Flavio Sombra (Ed.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. Editora Saraiva, 2008.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VALDÉS, Eduardo Devéz. O pensamento nacionalista na América Latina e a reivindicação da identidade econômica (1920-1940). **Revista Estudos Históricos**, v. 10, n. 20, p. 321-344, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2053>>. Acesso em: 28 Jul. 2024.